



# Anais da Assembléia

Nº 146

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE SETEMBRO DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT .....	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL .....	Deputado ELIO RUSCH
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PT .....	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB .....	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albenor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spedez; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 08: Augustinho Zucchi - César Selema - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 08: Ademir Tralano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 89ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1997  
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irandi Pugliesi, Angelo Vanhoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kiese, Duffio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Tecchy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Offícios:**

**OFÍCIOS**

Sob o nº 968/97, do Senhor DOMINGOS TARÇO MURTA RAMALHO - Diretor-Presidente do BANESTADO, encaminhando Prestação de Contas, relativa ao exercício financeiro de 1996. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 973/97, do Senhor DOMINGOS TARÇO MURTA RAMALHO - Diretor-Presidente do BANESTADO, encaminhando Prestação de Contas da BANESTADO S.A. INFORMÁTICA, relativa ao exercício financeiro de 1996. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 975/97, do Senhor DOMINGOS TARÇO MURTA RAMALHO - Diretor-Presidente do BANESTADO, encaminhando Prestação de Contas do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - FDE, relativa ao exercício financeiro de 1996. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 977/97, do Senhor DOMINGOS TARÇO MURTA RAMALHO - Diretor-Presidente do BANESTADO, encaminhando Prestação de Contas da BANESTADO ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., relativa ao exercício financeiro de 1996. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 988/97, do Senhor DOMINGOS TARÇO MURTA RAMALHO - Diretor-Presidente do BANESTADO, encaminhando Prestação de Contas da BANESTADO S/A CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, relativa ao exercício financeiro de 1996. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 15/97, do Senhor ARLEI MÁRIO PINTO LARA, Diretor da BANESTADO LEASING S/A - ARRENDAMENTO

MERCANTIL, encaminhando Prestação de Contas, referente ao exercício de 1995. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 464/97, do Senhor GERALDO MOLINA - Diretor da BANESTADO S/A REFLORESTADORA, encaminhando Prestação de Contas, referente ao exercício findo em dezembro de 1996. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 102/97, do Senhor LUBOMIR ANTONIO FICINSKI DUNIN - Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, encaminhando Prestação de Contas e Relatório das Atividades do Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, conhecimento da Casa.

Sob o nº 103/97, do Senhor LUBOMIR ANTONIO FICINSKI DUNIN - Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, encaminhando Prestação de Contas das Atividades do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, referente ao exercício de 1996. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 131/97, do Senhor CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Secretário de Estado da Segurança Pública, encaminhando Prestação de Contas do Departamento de Trânsito, referente ao exercício financeiro de 1996. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 005/97, do Senhor CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Secretário de Estado da Segurança Pública, encaminhando Prestação de Contas do Fundo Especial de Reequipamento de Trânsito, referente ao exercício de 1996. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 197/97, do Senhor LUIZ MASARU HAYAKAWA, Diretor-Presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, encaminhando Prestação de Contas, referente ao exercício de 1996. Ao Conhecimento da Casa.

Ofício nº 300/97 - G.P.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a apreciação dessa Augusta Casa de Leis, o incluso anteprojeto que altera o Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça.

Valho-me do ensejo para reiterar meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 15.09.97.

(a) HENRIQUE CHESNEAU LENZ CÉSAR  
Presidente do Tribunal de Justiça

Ofício nº 301/97 - G.P.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a apreciação dessa Augusta Casa de Leis, o incluso anteprojeto que altera o artigo 42 da lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná).

Pela oportunidade, renovo a Vossa Excelência a expressão de meu crescente apreço e amizade.

Sala das Sessões, em 15.09.97.

(a) HENRIQUE CHESNEAU LENZ CÉSAR  
Presidente do Tribunal de Justiça

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 2085-G1

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento de Madre Teresa de Calcutá.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Sua Santidade, o Papa João Paulo II, bem como à Madre Superiora das Missões da Caridade de Calcutá, na Índia, e a Sua Excelência Reverendíssima o Arcebispo Metro-

político Dom Pedro Fedalto,

Sala das Sessões, em 15.09.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Com 87 anos de idade, vítima de parada cardíaca, faleceu na Índia, Madre Teresa de Calcutá, a religiosa que dedicou a vida aos pobres como fundadora da Ordem das Missionárias da Caridade e portadora do honroso Prêmio Nobel da Paz.

Transformou umas poucas escolas e abrigos para desamparados em Calcutá, em uma ordem mundial, as Missionárias da Caridade. Madre Teresa dedicou seu trabalho a Deus e dizia que via sua imagem em cada ser humano em sofrimento.

A Ordem fundada por Madre Teresa que tem hoje 4.500 freiras trabalhando em quase 600 casas de caridade em 111 (cento e onze) países. No Brasil, as missionárias chegaram em 1979 - a casa pioneira, na Bahia, foi inaugurada pela própria Madre Teresa - e, mantém atualmente 38 abrigos. Determinada em sua missão foi sempre abrindo caminhos.

Madre Teresa de Calcutá marcou sua história no século XX como uma pessoa extraordinária que fez com que os "derrotados pela vida sentissem o carinho de Deus".

"Um exemplo extraordinário dessa silenciosa missão da caridade nascida da contemplação de Cristo é Madre Teresa de Calcutá, que retornou a casa do pai. Ela marcou a história de nosso século, e, corajosamente defendeu a vida, serviu todos os seres humanos ao promover a dignidade e o respeito. Foi e sempre será o orgulho da nação Albanesa onde nasceu em 27 de agosto de 1910, tendo como nome de batismo Agnes Gonxha Bouazhiu.

Madre Teresa foi uma das mulheres mais conhecidas e respeitadas do mundo. Em 1949, fundou em Calcutá, a Ordem das Missionárias da Caridade, através da qual decidiu ajudar os mais pobres, doentes e desenganados em muitos países, mas principalmente da Índia. Abriu, então, a casa do coração puro para acolher os moribundos e desassistidos. Durante 40 anos, Madre Teresa e suas missionárias, vestidas com sari azul e branco, recolheram durante dia e noite, nas vilas miseráveis de Calcutá, os inválidos, as crianças abandonadas e os moribundos.

Todo o dinheiro dos prêmios recebidos foi para os pobres.

Madre Teresa, além do Prêmio Nobel da Paz, em 1979 recebeu, ainda, os prêmios João XXIII (1971), Baharat Ratna (a mais alta distinção indiana, em 1980), Medalha da Liberdade em 1985, Gaudium Etspes em 1992 e Unesco pela Educação e pela Paz (1993). O dinheiro recebido e apurado com as premiações foi totalmente usado em favor dos pobres.

O tempo, que tudo embota, não conseguirá todavia, apagar a saudade que habita nos corações do mundo todo. A vida exemplar de Madre Teresa, deixou uma lembrança imorredoura, pois passou, como o divino Mestre, sobre a terra fazendo exclusivamente o bem.

Madre Teresa já é considerada uma santa pela maioria da população de Calcutá.

Bendita pois, a memória de Madre Teresa de Calcutá, ao rememorá-la teremos sempre presente a figura da apóstola, suas lições e seus exemplos que tão fundo calaram nossas almas.

Prometemos que nunca haveremos de esquecer Madre Teresa, e que há de ser sempre para nós, a conselheira segura nas nossas aflições e nas nossas dúvidas.

#### REQUERIMENTO Nº 2085-H1

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de Votos de Profundo Pesar, pelo falecimento do Senhor Antonio Martins, do Município de Renascença-PR.

Requer ainda, que do teor do presente, seja dado ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.09.97

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Tronco de uma grande família, o Senhor Antonio Martins deixa esposa, filhos, netos e bisnetos. A eles, deixa também como legado uma vida toda de correção, honestidade e integridade.

Participou ativamente da vida comunitária das cidades que escolheu para viver.

Não só Renascença encontra-se em estado de profunda consternação, mas também Francisco Beltrão, onde o Sr. Antonio Martins também residiu. As pessoas que conviveram com ele são testemunhas de sua retidão, caráter firme, benevolência e amizade. Abriu-se uma grande lacuna e um sentimento de tristeza e saudade se abateram sobre a comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de pêsames e condolência, rogando a Deus que a todos ampare nesta hora de dor e sentimento.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 450/97

Art. 1º Ficam extintos de estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, (23) vinte e três cargos de Assessor Jurídico do Grupo Ocupacional Superior, atualmente vagos.

Art. 2º - Ficam criados na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, (23) vinte e três cargos de Assessor de Desembargador, de pavimento em comissão, simbologia DAS-4.

Art. 3º - Serão extintos, à medida que vagarem, (9) nove cargos de Assessor Jurídico do Grupo Ocupacional Superior, do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, criando-se, na mesma medida (9) nove cargos de Assessor de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-4.

Art. 4º - Os cargos de Assessor de Desembargador deverão ser preenchidos por bacharéis em Direito.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.09.97

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### JUSTIFICATIVA:

Diante da premente necessidade dos Senhores Desembargadores contarem com Assessores de sua confiança e dado crescente aumento da demanda recursal, apresentamos o presente anteprojeto de lei para apreciação do Poder Legislativo, informando que a proposta não implicará em aumento de despesa.

##### PROJETO DE LEI Nº 451/97

Art. 1º - O artigo 42 da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná), suprimindo seu parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 42 - Os Juízes Substitutos serão nomeados mediante concurso de provas e títulos, perante Comissão Examinadora integrada pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Corregedor Geral da Justiça, representante da Ordem dos Advogados do Brasil e Desembargadores indicados pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.97

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### JUSTIFICATIVA:

Pela alteração proposta com o Anteprojeto, são dois os preceitos modificados: a) o prazo de nomeação; b) o número de Desembargadores que comporão a Comissão Examinadora do concurso.

Segundo a redação atual, os Juizes Substitutos serão nomeados pelo prazo de dois (02) anos, o que não encontra ressonância na sistemática adotada pela vigente Constituição Estadual (art. 96, inciso I), que estabelece o ingresso na carreira da Magistratura no cargo inicial de Juiz substituto. Logo, a nomeação, ao contrário do sistema anterior, não está adstrita a qualquer prazo, sendo subordinada a subsequente nomeação para o cargo de juiz de direito apenas, conforme prevê o art. 48, no estágio probatório de dois anos, período temporal coincidente com o necessário à aquisição da vitaliciedade (art. 97, inciso I, Constituição Estadual). É conveniente, portanto, que seja extirpado o equívoco constante da atual redação.

O outro aspecto da proposta é atinente ao número dos demais Desembargadores que comporão a Comissão Examinadora do Concurso. Na redação vigente, serão três (03), evidentemente além do Presidente do Tribunal e do Corregedor Geral da Justiça, tendo-se em conta a quantidade cada vez maior de candidatos inscritos e a diversidade de disciplinas do programa. Saliente-se que a função examinadora é indelegável, razão pela qual a realização do concurso fica dificultada pela exigüidade de examinadores. Com a redação proposta, o preceito fica silente quanto ao número desses demais, Desembargadores, em consequência do que competirá ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça, diante das necessidades do programa do concurso, fixar o referido número.

A única ressalva que se deve fazer à vigente redação do parágrafo único é a referência a Chefe do Poder Executivo, que a Constituição Federal (e também a Estadual) derogou, porque o ato será praticado pelo Presidente do Tribunal de Justiça. Com isso, houve preocupação em suprimir o parágrafo único, visto que a referência em tela está flagrantemente derogada.

PROJETO DE LEI Nº 452/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A atual Escola Polivalente de Curitiba, passa a denominar-se "Escola Polivalente de Curitiba Governador Antonio Annibelli".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.97  
(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A atual Escola Polivalente de Curitiba, criada pelo Decreto nº 2.363 de 04 de agosto de 1972, (xerox anexo), localizada no bairro do Boqueirão à rua Salvador de Ferrante, nº 1664, passa-se a denominar-se Escola Polivalente de Curitiba "Governador Antonio Annibelli", para homenagear uma das figuras mais brilhantes do cenário paranaense.

Com este Plano Lei, pretendemos justa homenagem póstuma ao eminente cidadão Dr. Antonio Annibelli, a quem mantínhamos profundo respeito e admiração. Embora tenha sido afastado do nosso convívio pela vontade de Deus, jamais deixará de viver no reconhecimento e na saudade de seus amigos e contemporâneos.

A intenção do presente Projeto de Lei é de prestar uma singela homenagem ao bravo homem público, considerado o desbravador do sudoeste, Doutor Antonio Annibelli, um dos políticos mais destacados. Participante ativo em todos os momentos decisivos para a comunidade paranaense.

Doutor Antonio Annibelli

Nasceu dia 14 de outubro de 1911 em São Paulo.

Era filho de Alberto Annibelli e de D. Francisca Annibelli.

Fez curso primário e o Ginásial até o 4º ano em Santa Maria da Boca do Monte, Rio Grande do Sul havendo con-

cluído no Ginásio Paranaense, hoje, Colégio Estadual do Paraná, em 1931.

Em 19 de dezembro de 1936, recebeu o grau de bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Paraná.

Dedicando-se ao Ministério Público, iniciou sua carreira como adjunto de promotor público de Ipiranga, passando a seguir a Clevelândia, na mesma incumbência. Foi promotor Público Federal onde aposentou-se.

Foi Prefeito Municipal de Clevelândia em 1944.

Deputado Estadual nas legislaturas 1951 - 1954 - 1960 exercendo por duas vezes a presidência da Assembleia Legislativa, nos períodos de 1952 e 1955.

De 03 de abril a 1º de maio de 1955 exerceu interinamente o Governo do Estado em substituição ao Governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

Foi Deputado Federal em 1964 e 1970.

Faleceu em Curitiba dia 15 de agosto de 1997.

Deixou 01 filho, o atual Deputado Antonio Martins Annibelli e mais duas filhas Marilene e Mariza, 10 netos e 02 bisnetos.

O Doutor Antonio Annibelli, pelas suas qualidades de inteligência, de espírito e de caráter, soube sempre convencer seus pares, na legitimidade e na honradez de suas intenções, no determinar na Prefeitura Municipal de Clevelândia, no Governo do Estado ou discutir na Assembléia Legislativa ou na Câmara Federal, as necessidades do povo paranaense. Nunca fugiu ao mandato que lhe foi outorgado pelo povo, antes, o notabilizou, pela serenidade e patriotismo de suas atitudes. Não usou dos cargos públicos como pedestal para a estátua da vaidade, antes dela serviu-se para combater o bom combate pela justiça e pela democracia. Considerou a função pública como um posto de luta e sacrifícios e não como uma sinecura para lisongear vaidades ou para defender interesses pessoais.

A morte no seu perambular incessante não respeita nem fortes nem fracos. Por isso, caiu mais um lutador, caiu o Doutor Antonio Annibelli, quando ainda no aceso da luta. Levou consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever.

É esse campeoníssimo homem público que sempre subiu e alcançou seus mandatos através do voto livre do povo paranaense, que pretendemos homenagear com a modesta designação de seu nome a Escola Polivalente de Curitiba, localizada à Rua Salvador de Ferrante nº 1664, no bairro do Boqueirão nesta Capital.

Certamente outras homenagens virão, muitas mais, pela gratidão das gerações futuras que jamais o esquecerão.

PROJETO DE LEI Nº 453/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado Professor José Brasil de Camargo o campus da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.97.  
(a) EMERSON NERONE.

PROJETO DE LEI Nº 454/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada a Utilidade Pública do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Paranapanema - CISVAP, com sede e foro à Rua Bahia, nº 500, Município de Colorado-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.97.  
(a) DURVAL AMARAL.

JUSTIFICATIVA:

O CISVAP - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Paranapanema, com sede e foro no Município de

Colorado - PR, tem como componentes os Municípios de Colorado, Guaraci, Itaguajé, Lobato, Nossa Senhora das Graças, Santa Inês e Cafeara.

O CISVAP tem por objetivo prestar atendimento na área de saúde à população dos sete Municípios associados, e em diversas especialidades e através de convênios com Hospitais dos Municípios, incluindo sua possibilidade de exames e consultas.

Através deste Consórcio tem sido possível diminuir o número de deslocamentos a cidades de maior porte em busca de atendimento médico especializado, o que onera sobremaneira os cofres públicos, além das dificuldades trazidas aos pacientes e seus familiares.

Devemos destacar a importância desta Instituição, uma vez que vem desempenhando papel importante na melhoria da qualidade de vida da população daquela região do interior do nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 455/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná o imóvel constituído de parte da quadra de terras nº 48, na Cidade de Jandaia do Sul, com 35,00x40,00 metros, num total de 1.400 m², com frente para as ruas Dr. Clementino Schiavon Puppi e Plácido Caldas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 15.09.97.

(a) MILTINHO PUPPIO.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se prende ao fato da necessidade de regularizar a edificação do prédio do Fórum e do Pelotão da PM.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares ao presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr. Presidente, demais

Deputados, nós solicitamos a palavra ao Presidente em exercício, Luiz Claudio Romanelli, para aqui fazer algumas considerações com relação a desocupação ocorrida na fazenda em Alvorada do Sul. Nós na semana passada, usamos desta tribuna para solicitar, e porque não dizer para cobrar do governo uma ação que viesse de encontro a ser assegurado os direitos dos proprietários e dos arrendatários, também sem-terra, que lavravam aquela propriedade há anos, e hoje pela manhã ao lermos a "Folha de Londrina", nós constatamos a ação realizada de despejo de uma fazenda de 86 alqueires, dos quais 83, todos cultivados, do seu Homero Palma e família, realizado pela polícia do Estado do Paraná na manhã de domingo, 6 horas da manhã, a polícia com o comando do CPI, comando do Batalhão de Rolândia esteve na fazenda e a desocupação foi pacífica, mostrando mais uma vez, que faltava efetivamente a ação da polícia, era a ação do Estado para assegurar não só o direito de propriedade mas sobretudo, o direito de produzir, porque os arrendatários queriam tão somente, Srs. Deputados, era o direito de produzir, direito este que estava sendo sonogado, estavam sendo esbulhados, quando tinham as propriedades invadidas.

E esta fazenda, ainda constatei, digo fazenda para a nossa região, está aí o meu amigo Tavares, mas para muitos locais e para muitos Estados da Federação seria uma pequena chácara, uma fazenda, um lote de 86 alqueires, dos quais 33 ocupados com aveia, e que teve 20 e poucos alqueires arados e queimados, 50 alqueires ocupados por milho, com perda de 40%, porque já há mais de 15 dias o milho estava em condições de ser colhido e não foi, porque aqueles que ocupavam a propriedade não permitiam a entrada, e num dos momentos em que o arrendatário Homero Palma se dirigiu ao local do terreno arrendado, teve o seu veículo

queimado.

E hoje pela manhã, ele me passava mais algumas informações. Na área de 33 alqueires, cultivada de aveia, ele pretendia, a expectativa era de colher 04 toneladas de aveia por alqueire e, evidentemente, teve essa cultura destruída. E nos 50 alqueires de milho, 40% foi perda, além de dois mil e oitocentos, Deputado Ricardo Chab, dois mil e oitocentos litros de óleo diesel foram consumidos pelos invasores, sem ter que restituir. Era uma propriedade em que o arrendatário investiu sobre ela, seiscentos quilos de adubo, não era algo que estava sem produzir, não era algo que era objeto, que seria possível objeto de invasores e de desapropriação, mas foi sim, o esbulho e com a contemplação do Estado do Paraná. Hoje, temos uma perda para o Sr. Homero Palma, de aproximadamente 40 mil reais. Isso para um pequeno homem que lava a terra, é prejuízo para que ele tenha que trabalhar, aproximadamente 04 anos. Este é o resultado que deixou, mais ainda, a indignação que eu hoje soube, teve que pagar a mão-de-obra para colocar em cima das conduções que transportaram os invasores, tendo que pagar o caminhão, pagar o frete. Ora! Isso já está beirando a raia do ridículo. É importante que nós tomemos e, sobretudo, o governo do Estado tome as medidas necessárias, mais uma vez mostrando que a terra improdutiva, não deve ser objeto de invasão. E o governo assegurando essa condição de integridade da produção do Estado do Paraná, porque senão nós é que teremos, com certeza em breve a queda da nossa produção, a queda dos índices de produção por simplesmente não ter quem garanta a produção.

Também temos uma Emenda aprovada em 2ª discussão que eu coloco em 3ª neste instante, Srs. Deputados que são favoráveis a Emenda, permaneçam como estão. Emenda Aprovada, incorporada no bojo do Projeto 300/97, de Cezar Silvestri. Aprovado o Projeto.

Nós gostaríamos aqui de registrar e mesmo que tardiamente parabenizar com a Secretaria de Segurança do Estado do Paraná que fez uma desocupação de forma pacífica, nós não queremos violência e não pretendemos, mas pretendemos sim, a não-violência em cima daqueles que produzem.

Era só isso, Sr. Presidente, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Passamos ao segundo orador inscrito, que é o nobre Líder do PMDB, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI Sr. Presidente, Srs. Deputados, Prosseguindo na nossa caminhada permanente como Presidente do Bloco Agropecuário em defesa do setor produtivo rural do Paraná, nós comparecemos a essa tribuna na tarde de hoje, para dar conhecimento a todos os Srs. Deputados e deixar registrado nos Anais desta Casa o ofício que recebemos do Deputado Federal Odílio Balbinotti:

Diz o seguinte:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado ODÍLIO BALBINOTTI

Ofício nº 493/97

Brasília-DF, 02 de setembro de 1997.

Senhor Parlamentar,

Relativamente ao Ofício nº 1997/97, subscrito por V. Exa., pelo Deputado Toti Colaço, pelo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, pelo Sr. Presidente da OCEPAR, pelo Sr. Diretor-Presidente da EMATUR/PR, pelo Sr. Presidente da FETAEP/PR, pelo Sr. Presidente da FAEP e pelo Sr. Diretor Agrícola da UVEPAR, solicitando ações emergenciais no que se refere ao endividamento dos agricultores, informo-lhes que sempre atento à defesa dos assuntos de interesse de nossos agricultores, e em conjunto com demais integrantes da Frente Parlamentar da Agricultura, venho participando de constantes reuniões buscando equacionar o problema em questão.

anuo prosseguimento aos encontros acima mencionados, na tarde de hoje juntamente com representantes do Ministério da Fazenda, Banco Central, Banco do Brasil e Ministério da Agricultura, na tentativa de acertar alguns detalhes sobre a securitização, discutimos novamente os seguintes itens:

- Redução das dívidas dos securitizados que ainda não foram realizadas pelas instituições financeiras;

- prorrogação da 1ª parcela da securitização para os agricultores que comprovem falta de renda na última safra;
- prorrogação até 31/10 do excedente de R\$ 200 mil e tentativa de implementar negociação no sentido de diminuir os juros que já foram acordados com os agricultores e que são inviáveis para o pagamento dessas dívidas;

- busca de soluções no sentido de que os recursos financeiros sejam liberados para os agricultores securitizados ou não com mais agilidade eliminando a burocracia que representa um entrave no processo.

Sempre à disposição dos companheiros na luta pela eliminação definitiva dos problemas que impedem o desenvolvimento equilibrado do setor agropecuário, subscrevo-me

Atenciosamente,

ODÍLIO BALBINOTTI  
Deputado Federal.

Eu fiz este registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para ficar mais uma vez evidenciada a postura que esta Casa, através dos seus representantes, seja através do Bloco Agropecuário, do Bloco Municipalista, através da ação de cada um dos Senhores Parlamentares individualmente, demonstrar com clareza que nós estamos empenhados em ver solucionado o problema desta crise que envolve o Setor Produtivo Rural do nosso País. Todos nós sabemos e nunca é demais repetir, que a agricultura sempre bancou planos econômicos, sempre bancou o desenvolvimento deste País, sempre bancou e continua bancando acordos, inclusive, internacionais. Possivelmente na sessão de amanhã ou de quarta-feira, o Presidente Aníbal Khury deverá fazer um pronunciamento a esta Casa, pelo menos nos informava isso na semana passada, fazendo uma análise da situação do MERCOSUL hoje, em relação ao Paraná, em relação ao Brasil, a questão da importação de trigo, a questão da sobretaxa que se impõe hoje ao açúcar brasileiro que vai para a Argentina. Então, nós sempre estamos atentos a tudo isso, aos problemas da Agricultura no seu dia-a-dia, das suas dificuldades, dos seus transtornos e estamos acompanhando com muitíssimo interesse o desenrolar destas negociações com vista a prolongarmos o pagamento das dívidas securitizadas, de nós conseguirmos através dos nossos representantes a nível Federal, que esta dívida que já foi securitizada possa ser revista, recalculada, de forma a retirarmos dela tudo aquilo que se acrescentou de forma indevida e de forma prejudicar o produtor rural. E é por isso que, tendo nos Deputados Federais do Paraná, aliados nossos nesta permanente luta em favor do Setor Agropecuário, seja aqui no Paraná seja lá em Brasília, é que fizemos questão de registrar hoje o trabalho que desenvolve na Câmara Federal, como um dos principais representantes do Setor Produtivo Rural, o Deputado Odílio Balbinotti, que tem junto conosco percorrido diversos municípios do Paraná em reuniões do setor produtivo, e hoje através deste expediente, ele nos dá conta do seu trabalho e do encaminhamento das questões que foram feitas por esta Casa em conjunto com outras entidades do segmento produtivo do Paraná. Era isso que nós queríamos, Sr. Presidente Deputado Romanelli, registrar para que a Casa saiba que nós estamos atentos e que lá em Brasília também Parlamentares nossos do Paraná estão atentos nesta luta em favor de melhores condições de trabalho, de financiamento, para os nossos produtores rurais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Não há oradores inscritos. Passamos ao Horário das Lideranças. Com a Palavra o PL, PSDB, PFL, (Declinam) Pela ST, com a palavra o Dr. Rosinha.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem) - O senhor não vai usar o horário da Liderança do PMDB hoje?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Não, Excelência. É inconcebível que a Presidência possa, ao mesmo tempo, presidir a Casa e usar da tribuna, mas se V. Exa. desejar, amanhã certamente.

O SR. VALDIR ROSSONI - Obrigado, era só esta a informação, Senhor Presidente.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Srs. Deputados, o Presidente desta Casa pode fazer uso do horário da Liderança do Partido dele, desde que seja substituído na Mesa. Isto manda o Regimento Interno desta Casa. Não o faz o Deputado Romanelli, que hoje preside, porque não sente necessidade de fazê-lo; democraticamente, lhe é garantido o espaço.

Sobre a questão do pronunciamento do Deputado José Maria Ferreira a respeito dos fatos que vêm ocorrendo, principalmente no Norte do nosso Estado, tendo do Norte Novo como o Velho, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, tem assumido posição muito clara a respeito das ocupações de terras e que temos aqui defendido, nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores. O Movimento Sem-Terra assume, inclusive publicamente, e foi divulgado através da agência Estado, que os fatos ocorridos naquela região são condenados por eles e não é feito sob a batuta ou sob a orientação do MST, Movimento representativo que luta pela reforma agrária em nosso país.

Em nota assinada e divulgada pelos Coordenadores, Gilmar Mauro e João Pedro Stédile, deixam claro que condenam o que ocorreu naquela região e assumem a defesa do MST e da Reforma Agrária e dizem aquilo que todos já sabemos, eles não organizaram aqueles ocupantes daquelas terras, que se chamam, que se identificam, se auto-identificam como MST, mas não tem nenhum deles na coordenação nacional ou do Estado do Paraná envolvidos, porque não é a prática do Movimento Sem-Terra ocupar terras produtivas, torturar, prender, espancar, seja produtor ou seja qualquer tipo de pessoa humana que esteja na área. Isto foi feito por pessoas orientadas sob outro ponto de vista ideológico e feita não sob orientação do MST e inclusive eles chamam a atenção para um fato, essa radicalização está se dando fora do movimento organizado, ela é mais perigosa do que qualquer tipo de movimentação organizada, porque quem é organizado tem liderança e tem líderes. Quem faz isto espontaneamente não o tem e aí extrapola os limites da civilidade como ocorreu naquela região.

Quero comentar um outro fato que se deu na sexta-feira na Cidade de Adrianópolis, na qual é importante que essa Casa tome conhecimento. Após um debate na Câmara de Vereadores daquela cidade, sobre a questão da terra no município, aí a questão urbana de uma ocupação estimulada pelo ex-Prefeito daquela cidade e que o atual prefeito procurou legalizar e que foi votado na Câmara de Vereadores, por nove votos a zero, todos os vereadores votaram favoráveis à proposta do prefeito, inclusive o nosso Vereador, do Partido dos Trabalhadores, João Manoel Pampanini. Após esta votação, um funcionário da Câmara dos Vereadores e mais um cidadão que se encontrava, um comerciante no município, travaram uma discussão em frente a Câmara, saindo ferido da sessão, por tiro, duas pessoas: João Hamilton de Moraes, que é o funcionário da Câmara de Vereadores e Sandra Ferreira, uma das pessoas que estava na sessão. E foi morta com um tiro a menina Jéssica Aparecida dos Santos Almeida, de seis anos de idade. Este tiro foi deferido por um comerciante de nome César, ali da cidade.

Imediatamente este comerciante foi preso pelo delegado daquela cidade. E junto com ele, sem saber e sem compreender qual a razão, foi preso o Vereador João Manoel Pampanini, que está já em sua residência e que ao sair da Câmara, antevendo o que ia acontecer, acercou-se do César, conhecido por Cesinha no município, e pediu para que ele fosse embora e não se envolvesse na briga. Mesmo tendo aconselhado, retirou-se para a sua casa, antes de chegar em casa, cerca de 50 metros de frente da Câmara, o tiroteio, ele presencia, e ele sai e vai para a sua casa quando a polícia militar vai buscá-lo. Levado à delegacia disse que tinha sido acusado por uma das vítimas, a tal da Sandra Ferreira, como quem tinha atirado nela. Esta mulher estava sendo conduzida para Curitiba, ou melhor, no Hospital Angelina Caron. O Vereador João Manoel foi conduzido algemado de Adrianópolis até a Cidade de Bocaiuva do Sul. Depois de três horas algemado, por intervenção de advogados



e intervenção de assessoria do Partido dos Trabalhadores ele foi posto em liberdade, porque o delegado não conseguiu que essa mulher dissesse que tinha dado o tiro, porque ela não afirmou isso mais no hospital. A partir daí há um comportamento de segmentos da imprensa que têm feito críticas e dito que João Manoel é o responsável por isso, inclusive com repórteres da área policial dizendo que como esse Vereador vai voltar para a Câmara dos Vereadores se ele não tem vergonha depois de ter assassinado e dado tiro na cidade.

João Manoel está fora da Cidade de Adrianópolis porque ele está sendo ameaçado fisicamente sem nada ter feito, sem ter se envolvido em nenhum momento naquele fato, e o fato se deu em frente à Câmara, não por razão de terra como tem sido divulgado, mas por problemas sociais. Hoje encaminhamos ofício ao Secretário de Segurança Pública, solicitamos garantia física ao nosso Vereador João Manoel Pampanini. Esperamos que o Secretário faça, e estamos cobrando, publicamente, para que esse inquérito policial seja feito dentro da maior lisura, da maior honestidade, porque não se deve usar razões políticas contra o único vereador que faz oposição hoje na cidade ao poder local, como dizendo que agora ele é culpado de morte ou de briga, quando ele não teve nenhum envolvimento.

Cobramos da Secretaria de Segurança Pública isenção total na apuração de fatos. E esperamos que cheguem aos responsáveis, mas que não façam acusação e que prendam pessoas mantendo-o por mais de três horas algemado para depois mandar embora para dizer que não tinha absolutamente nada contra ele. Vai agora explicar na cidade que ele foi preso por engano, vai explicar na cidade que ele veio preso numa acusação que não existiu porque a pessoa não sustentou acusação nenhuma quando consultada, foi por ouvir falar. E assim fica um vereador, morador da cidade, há muitos anos, pessoa honesta, tendo agora que sair da cidade por ameaça porque foi dito que ele estava envolvido na morte de pessoas na qual ele não tinha se envolvido.

Isso é muito sério, esperamos que a Secretaria de Segurança Pública faça com a máxima isenção os trabalhos para que chegue à conclusão verdadeira dos fatos reais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Horário da Liderança do PTB. (Declina).  
PPB. (Declina).  
PMDB. (Declina).  
PDT. (Declina).  
Liderança do Governo. (Declina).  
Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados:

Sobre a mesa, Ofício nº 300/97, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto que altera o Quadro de Servidores do Poder Judiciário. À Diretoria Legislativa.

Ofício nº 301/97, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto que altera o artigo 42 da Lei nº 7297, de 08 de janeiro de 1980. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Tribunal de Justiça, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Milton Puppino, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 341/97, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especial Professora Nilda Simioni Rodrigues, com sede e foro na Cidade de Jaguapitã. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 116, de 06.08.97.)

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 351/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras de Loanda, com sede e foro no Município de Loanda. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 116, de 06.08.97.)

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 355/97, de autoria do Deputado Sâmis da Silva que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos dos Bairros Jardim Lancaster e Jardim Duarte, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 117, de 07.08.97.)

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 366/97, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública o Grupo SOMA - Somando Amor pela Infância e Adolescência, mantenedora do abrigo do menor, com sede e foro na Cidade de Apucarana. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 119, de 12.08.97.)

#### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/97, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dr. Ulysses, com sede e foro na Cidade de Dr. Ulysses. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., **APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL, APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO.** **Aprovado o Substitutivo Geral.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 010/97, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública o Projeto Esperança, entidade de apoio ao menor do Município de Alvorada do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 075/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de Utilidade Pública Estadual a Santa Casa de Misericórdia de Imbituva, com sede e foro no Município de Imbituva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/97, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores das Vilas Rosi Galvão e Pio XII com sede e foro no Município de Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 400/97, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Lar Escola Menino Jesus, com sede e foro no Município de Floral. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Regional dos Ostromizados do Oeste do Paraná, com sede e foro no Município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., **Aprovado, artigo por**

**artigo.**

**ITEM 11**

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/96, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar o Batalhão de Fronteira da Polícia Militar do Estado do Paraná, com sede no Município de Marechal Cândido Rondon, Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e S.P. (Publ. no D.A. nº 13, de 11.03.96).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 52/96**

**P A R E C E R:**

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Élio Rusch que autoriza o Poder Executivo a criar o Batalhão de Fronteira da Polícia Militar do Paraná, com sede em Marechal Cândido Rondon,

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por tratar-se de Projeto meramente autorizatório, nada encontramos que impeça a sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

IRONDI PUGLIESI - Relatora

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI Nº 052/96**

**P A R E C E R:**

Autorizar o Executivo Estadual a criar Batalhão de Fronteira da Polícia Militar do Estado do Paraná, com sede no Município de Marechal Cândido Rondon, é o que objetiva o Projeto de Lei nº 052/96, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch.

Tendo recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça por se tratar de Projeto autorizatório, e não apresentando motivo para que se impeça o seu prosseguimento, nosso parecer é também FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.05.96

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

**COMISSÃO DE SEGURANÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 052/96**

**P A R E C E R:**

A proposição em tela, de autoria do nobre Deputado Élio Lino Rusch, ao Projeto de Lei nº 052/96, que autoriza o Governo do Estado do Paraná, a criar o "Batalhão de Fronteira e dá outras providências."

É sem dúvida uma iniciativa meritória, a partir do momento que visa garantir segurança na Região de Guafra, onde sabemos que os agricultores desta região sofrem assaltos constantes em suas propriedades, bem como por lá passam muitos veículos roubados em nosso Estado, tendo notícias constantes da total falta de segurança em nossas fronteiras.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.06.96

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

Evidentemente que nós vamos votar a favor desse Projeto de Lei, até porque faz parte de uma filosofia que nós sempre defendemos, que é a descentralização das ações dos órgãos públicos. E principalmente no que diz respeito a Polícia Militar achamos que a proposta do Deputado Élio Rusch de criar um batalhão de fronteira é de fundamental importância.

Nós só vamos nos ater, de hoje para amanhã, numa análise técnico-jurídica, com relação ao Artigo 3º que diz: - "Fica o Chefe do Executivo autorizado a readequar as verbas do orçamento da Secretaria de Estado da Segurança no que se refere as despesas de aplicação da presente lei."

Nós queremos acreditar que talvez fosse mais prudente para a finalidade de se implantar este batalhão especificamente para esta finalidade e não dar já um cheque em

branco para o Senhor Governador assim proceder.

Nosso voto é favorável e até amanhã pensaremos se apresentaremos ou não uma emenda ao Artigo 3º do Projeto 52/96.

O SR. PRESIDENTE (Romanelli) - Votação, APROVADO.  
**ITEM 12**

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 312/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação Desafio Jovem Canaã, em Umuarama, Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., Aprovado. (Publ. no D.A. nº 106, de 25.06.97.).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 312/97**

**P A R E C E R:**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Nelson Garcia, visa declarar de Utilidade Pública a Associação Desafio Jovem Canaã, em Umuarama, com sede e foro na Cidade de Umuarama.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, que dá normas para declaração de utilidade pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 09.09.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 13**

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 316/97, de autoria do Poder Executivo - 038/97, que fica o P.E. autorizado a contratar, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em financiamento junto à Caixa Econômica, até o valor de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), para execução do Programa de Saneamento - PRO-SANEAMENTO. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA.

**PROJETO DE LEI Nº 316/97**  
**A Assembléia Legislativa do**  
**Estado do Paraná**

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em financiamento junto à Caixa Econômica, até o valor de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), para execução do Programa de Saneamento - PRO-SANEAMENTO.

Art. 2º - Para efetivação da operação de que trata a presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a vincular as cotas partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 157 e 159, incisos I, alínea "a" e II da Constituição Federal, observadas as suas vinculações, complementadas com as receitas próprias estabelecidas no artigo 155, inciso I, alíneas "a" e "b".

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de créditos suplementares decorrentes do ingresso de recursos provenientes da presente lei, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como a efetuar modificações necessárias no Programa de Obras, constantes no Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

JUSTIFICATIVA:

"PROGRAMA PRO-SANEAMENTO/CEF"

"1 - MODALIDADE: DRENAGEM URBANA

- EMPREENDIMENTOS:

1.1 - Drenagem Urbana - Erosão 71 Municípios.

A drenagem urbana proposta tem como principal objetivo dotar os Municípios de infra-estrutura capaz de minimizar os efeitos da erosão urbana.

Os municípios assentados sobre os solos originários das formações Caiuá e Botucatu, são facilmente desagregáveis e sujeitos à formação dos processos erosivos, tanto em



for na laminar como de sulcos profundos (vossorocas)

As obras programadas buscam combater e prevenir a formação desses processos que ocasionam o rebaixamento do greide das ruas e dão origem a grandes vossorocas que destroem a infra-estrutura existente.

Além do controle à erosão, objetiva-se também promover a drenagem de águas residuárias, como forma de prevenir e combater o aparecimento de doenças de veiculação hídrica.

#### 1.2 - Drenagem Urbana - Litoral.

A planície litorânea é composta por uma série de rios como o Rio de Praia, o Biguaçu Mirim, o Rio Saiguaçu (estes em Guaratuba); o Córrego do Tabuleiro, o Rio Matinhos (estes no Município de Matinhos); o Rio Peri, o Rio Olho D'Água, o Canal do Rio Vermelho e o Rio Pequere Mirim (estes no Município de Pontal do Paraná); a esses rios, somam-se canais artificiais, implantados com o intuito de sanear a área pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento, rios e canais estes que, por ausência de manutenção sistemática, foram paulatinamente sendo assoreados encontrando-se hoje segmentados e com sua função de drenagem essencialmente prejudicada, que somados ao aumento da taxa de impermeabilização do solo decorrente da ocupação desenfreada ocasionam enchentes em toda a planície.

A proposta pretende dotar esses rios e canais de capacidade de escoamento de forma a drenar a planície litorânea e possibilitar um melhor direcionamento da ocupação urbana através de um Plano Diretor de Macro.

Drenagem que virá com as informações decorrentes das obras.

## 2. MODALIDADE: RESÍDUOS SÓLIDOS

### EMPREENDIMENTOS:

2.1 - Projetos de Recuperação Ambiental do Litoral Paranaense.

2.2 - Projetos de Aterros Sanitários para Municípios de Médio Porte.

2.3 - Projetos de Recuperação Ambiental e Reciclagem nos Municípios até 25.000 habitantes.

A quase totalidade dos municípios paranaenses dispõem seu lixo utilizando-se de vazadouros a céu aberto, criando os chamados "lixões" causadores de sérios problemas ambientais através de contaminação de águas superficiais e subterrâneas e de doenças como a dengue e a febre amarela causadas através da proliferação de vetores como mosquitos, moscas, baratas e ratos. Este projeto dará, ainda, condições aos Municípios de gerar empregos na operacionalização de coleta e na triagem dos materiais recicláveis através da implantação de programas de coleta seletiva, tirando dos lixões as famílias que sobrevivem do lixo, trabalhando e vivendo em condições subumanas.

## 3. MODALIDADE: ESTUDOS E PROJETOS

### EMPREENDIMENTO:

3.1.0 - Projetos de Drenagem Urbana.

Os projetos propostos buscam suprir a falta de drenagem urbana, que acarreta problemas de erosão, rebaixando o greide das ruas e assoreando os córregos receptores pelos sedimentos conduzidos pelas águas. Além da erosão, também existem problemas de águas paradas. Com a execução das obras nos locais priorizados, pretende-se minimizar os efeitos nocivos do escoamento superficial e dar continuidade às obras já executadas.

3.2 - Projetos de Aterros Sanitários.

A grande maioria dos municípios paranaenses dispõem seu lixo a céu aberto, poluindo o meio ambiente e causando graves doenças através da proliferação de mosquitos, moscas, ratos, etc.

Este programa tem como objetivo a elaboração de projetos para aterros sanitários que visa acabar com os chamados "lixões", promovendo de forma correta a disposição final dos resíduos sólidos oriundos dos quadros urbanos.

## 4. MODALIDADE: ABASTECIMENTO DE ÁGUA

### EMPREENDIMENTO:

#### 4.1 - Abastecimento de Água em Comunidades Rurais.

O objeto do presente pleito refere-se à implantação de 58 (cinquenta e oito) sistemas de abastecimento d'água, em localidades situadas em áreas rurais, através do manancial subterrâneo.

Atualmente as localidades alvo das ações a serem desenvolvidas neste pleito, possuem seu abastecimento promovido por pontos d'água individuais como poços caseiros (cacimbas) e pequenas fontes, os quais são altamente vulneráveis às contaminações de superfície, em especial por agrotóxicos tendo em vista a intensa atividade agrícola no Estado. Com o desmatamento estas fontes de água freática, reduziram sua perenidade, estando sujeitas a estiagens constantes nos meses mais secos do ano.

Com a implantação do sistema de abastecimento centralizado e desinfecção preventiva, serão possíveis as seguintes melhorias imediatas das condições de habitabilidade nas áreas alvo:

- incremento da oferta de água de boa qualidade às populações beneficiadas;
- redução do índice de doenças de veiculação hídrica;
- melhoria da qualidade de vida âmbito rural;
- descentralização das ações do Estado, fortalecendo as ações Municipais e Comunitárias."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 316/97

##### P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, visa autorizar o mesmo a contratar, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em financiamentos junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 65.000.000,00 para execução do Programa de Saneamento - PRÓ SANEAMENTO.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 316/97

##### P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 038/97, o Projeto de Lei em análise visa autorizar o Poder Executivo a contratar, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em financiamentos junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 65.000.000,00 para execução do Programa de Saneamento - PRÓ SANEAMENTO.

Ao ser chamada a opinar esta douta Comissão de Finanças em conformidade com o Regimento Interno, no seu art. 33, § 3º, vem fazê-lo no sentido de pronunciar-se pela aprovação da matéria seguindo assim o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Verificação de Votação a pedido do Deputado Rosinha e Chamada Nominal a pedido do Deputado Rossoni.  
É procedida a Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Não há quórum para votação.

O SR. WALDIR ROSSONI - Verificação de Votação Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Perfeitamente. Solicito ao Senhor 2º Secretário que recontе os Deputados que responderam à Chamada Nominal.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Responderam à Chamada Nominal 26 Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - 26 Senhores Deputados responderam à Chamada Nominal. Não há quórum para prosseguir a votação, somente para prosseguimento da Sessão.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Apenas para registrar a presença na Sessão de hoje de dois líderes do Município de Três Barras do Paraná. São dois funcionários, duas pessoas que exercem o cargo em Comissão daquele município, o Senhor Sérgio Fernandes, Secretário da Fazenda e também a Regina Felipe da Secretaria de Saúde. Obrigado pelas vossas presenças.

O SR. NEREU MOURA - Gostaria também de registrar a presença aqui dos Vereadores de São Jorge do Oeste e estão acompanhados do Prefeito Luiz Cortes que, hoje às 17:00 horas teremos uma reunião aqui no Plenarinho, quando iremos discutir a questão dos precatórios que hoje envolve aproximadamente cem municípios que estão com a possibilidade de terem intervenção em função de dívida trabalhista. Os Vereadores liderados pelo Presidente Jair Cley vieram para discutir esse assunto de tão importância para aquele município e para o Paraná. Muito obrigado.

O SR. NELSON TURECK - Gostaria de registrar a presença de um empresário de Campo Mourão Valter Veloso, Presidente da APM, Ivone Castaiaro que brilhantemente vem fazendo um grande trabalho naquela escola. Muito obrigado.

O SR. EDSON LINO - Gostaria de registrar a presença do assessor jurídico da Prefeitura de Cândido de Abreu que se faz presente e em nosso meio.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Quero me associar com a presença dos Vereadores de São Jorge do Oeste. E, aproveitar o momento para convidar os Senhores Deputados a participarem dessa reunião no plenarinho que acontecerá às 17:00h, quando os prefeitos se deparam com problemas sérios que são os precatórios e que, com certeza é de muito interesse dos Parlamentares. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Esta Presidência se associa e agradece a presença de todos.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Esta 2ª Secretaria quer registrar e agradecer a presença dos casais e dos senhores que estão prestigiando a Sessão na tarde de hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) -

#### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/97, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública, a Ação Social de Foz do Iguaçu - PROVOPAR, Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 117, de 07.08.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 353/97

##### PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado César Seleme, visa declarar de Utilidade Pública Estadual a Ação Social de Foz do Iguaçu - PROVOPAR, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo a Lei nº 6.994/78, que dá normas para declaração de utilidade pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.  
Sala das Comissões, em 09.09.97.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/97 de autoria do Deputado Cleiton Kielse que declara de Utilidade Pública, a Associação da Escola de Campo - Casa Familiar Rural do Bairro dos França, com sede e foro no Município de Ortigueira, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., Encerrada a Discussão. (Publ. no D.A. nº 123, de 19.08.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 383/97

##### PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielse visa declarar de Utilidade Pública a Associação da Escola de Campo - Casa Familiar Rural do Bairro dos França, com sede e foro no Município de Ortigueira.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78 que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável.  
Sala das Comissões, em 09.09.97.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 394/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti que declara de Utilidade Pública, a Sociedade Espírita Nosso Lar, com sede no Município de Pinhais e foro nesta Capital, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., Encerrada a Discussão. (Publ. no D.A. nº 125, de 20.08.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 394/97

##### PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, visa declarar de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Nosso Lar, com sede e foro no Município de Pinhais e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78 que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável.  
Sala das Comissões, em 09.09.97.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/97 de autoria do Deputado Basílio Zanusso que declara de Utilidade Pública o Recanto de Menores Imaculada Conceição, com sede e foro na Cidade de Florai, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., Encerrada a Discussão. (Publ. no D.A. nº 135, de 28.08.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 410/97

##### PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, visa declarar de Utilidade Pública o Recanto de Menores Imaculada Conceição, com sede e foro na Cidade de Florai - Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, somos de parecer Favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.  
Sala das Comissões, em 09.09.97.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Sobre a mesa, requerimento nº 2085-G1, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2085-H1, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 316, 353, 383, 394 e 410/97.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 320, 335 e 336/97.

2ª DISCUSSÃO - do Projetos de Lei nºs 052/96, 312 e 447/97.

Levanta-se a sessão.